

## **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**Genésio Mesquita da Silva <sup>1</sup>**

**Ilaiane Fabri <sup>2</sup>**

**<sup>1</sup>Discente do curso de pós graduação da Faculdade Venda Nova do Imigrante**

**<sup>2</sup>Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Amparense**

**RESUMO** – A educação inclusiva tem como objetivo que todos os alunos devem aprender juntos nas escolas regulares, independente das dificuldades e/ou diferenças respeitando assim a declaração de Salamanca. A profissão de Serviço Social é pautada na luta de classes, sendo um dos objetivos desse trabalho a questão social, a necessidade de igualdade de direitos e melhora na qualidade de vida das pessoas. Tratou-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica da literatura, descritiva e qualitativa. O trabalho entre o serviço social e a educação inclusiva contribui para o progresso das ações que tornam a educação como uma prática efetiva de inclusão social, cidadania e direito social garantidos.

**PALAVRAS- CHAVE:** educação inclusiva, especial e assistente social

## Introdução

A educação inclusiva tem como objetivo que todos os alunos devem aprender juntos nas escolas regulares, independente das dificuldades e/ou diferenças respeitando assim a declaração de Salamanca (SILVA, ELIAS, 2020).

Tal movimento de inclusão educacional é ainda amplamente discutido: políticas públicas, documentos, leis e decretos garantindo a educação inclusiva no Brasil (SILVA, ELIAS, 2020).

A inclusão educacional é importantíssima no processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. A associação Americana de deficiência intelectual compreende essa deficiência como sendo caracterizada por limitações importantes na função intelectual e no comportamento adaptativo, que é composto por habilidades sociais e práticas (SILVA, ELIAS, 2020).

A deficiência intelectual é classificada em subgrupos: retardo mental leve, moderado, grave, profundo e outro retardo mental não especificado, baseando-se em medidas do Coeficiente de Inteligência, de acordo com o CID-10 (SILVA, ELIAS, 2020).

Já o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais na 5ª edição considera a deficiência intelectual na categoria dos transtornos do neuro-desenvolvimento, com um diagnóstico baseado em déficit das funções intelectuais, adaptativas e adaptativas e intelectuais, que ocorrem no período de desenvolvimento (SILVA, ELIAS, 2020).

A inclusão na escola é importante para as habilidades sociais do indivíduo. A socialização nesse ambiente faz com que as habilidades sociais dos alunos com deficiência sejam desenvolvidas, com interação positiva e diminuindo comportamentos inadequados, melhorando assim a qualidade de vida (SILVA, ELIAS, 2020).

Podemos perceber então, que o processo de inclusão escolar traz inúmeros benefícios aos alunos com deficiência intelectual, sendo necessário um olhar para essa área (SILVA, ELIAS, 2020).

A profissão de Serviço Social é pautada na luta de classes, sendo um dos objetivos desse trabalho a questão social, a necessidade de igualdade de direitos e melhora na qualidade de vida das pessoas (MUNIZ, *et al* 2018).

Neste trabalho iremos focar na atuação do assistente social no processo de inclusão das crianças com deficiência na escola de Ensino Regular, baseando-se nos princípios de igualdade de direitos e equidade de acesso à educação e o trabalho do Assistente Social frente a isso (MUNIZ, *et al* 2018).

## Método

Tratou-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica da literatura, descritiva e qualitativa.

Os respectivos descritores foram: educação inclusiva, especial e assistente social, após consulta ao Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Para realizar esta revisão, foram adotadas as seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora, estabelecimento de descritores e dos critérios para inclusão/exclusão de artigos, seleção dos artigos, categorização dos estudos, definição das informações a serem extraídas dos trabalhos, análise e discussão dos artigos e síntese do conhecimento evidenciado nos artigos.

Foi realizada uma revisão de estudos na literatura científica nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico.

Os critérios de inclusão para este estudo foram: artigos que discutissem o papel do assistente social na educação inclusiva publicados entre 2018-2022, estar disponível eletrônica e gratuitamente, estar divulgado em português. Foram excluídos os editoriais, estudos que não abordassem a temática da pergunta norteadora da pesquisa e publicados em outra língua que não o português.

Na base de dados SCIELO foram encontrados 323 artigos, após aplicar os critérios de inclusão e exclusão foram escolhidos 6 artigos. Na base de dados Lilacs foi encontrado 1 artigo e na base de dados Google acadêmico foram encontrados 16,600, novamente após os critérios de inclusão e exclusão foram escolhidos 6 artigos.

Foram selecionados 13 artigos que respondiam à pergunta norteadora: qual o papel do assistente social na educação inclusiva?

Para analisar os artigos foi realizada leitura analítica para classificar as informações contidas nas fontes para facilitar o alcance de respostas a pergunta norteadora da pesquisa.

### Educação inclusiva conceito e implicações

É recente a história da Educação Inclusiva no mundo e no Brasil. Está se consolidando, ainda, os princípios e as ações que norteiam a atuação dos professores no dia a dia das escolas regulares (MARTINS, *et al*, 2020).

A educação inclusiva tem como princípio que todas as pessoas devem aprender juntas, em escolas regulares (SILVA, ELIAS,2020).

O objetivo da educação inclusiva é uma das mais desafiadoras para a sociedade e instituições de ensino, devido ao longo período de estigmatização social vivenciado pelas pessoas com deficiência (NEVES,2020).

O objetivo dessa inclusão escolar é importante para pensar na educação de qualidade para todos, independentemente de origem étnica, deficiências, transtornos de desenvolvimento ou condição social (PINTO, SANTANA, 2020).

A Declaração de Salamanca norteia a educação inclusiva, estabelecendo que ter uma parceria entre administradores escolares, professores e pais deve ser desenvolvida para uma tomada de decisão (SILVA, ELIAS,2020).

Tal declaração tem como eixo principal a intenção que os alunos com deficiência tenham acesso à escola comum e não em lugares segregados (NEVES,2020).

O movimento de inclusão educacional foi debatido nas Políticas Públicas, leis e decretos, que garantem a educação inclusiva no Brasil (SILVA, ELIAS,2020).

Em 6 de julho de 2018, foi publicado o decreto nº 54 que estabelece que cada aluno tem direito a uma educação que atenda às necessidades, potencialidades e expectativas dos alunos em um projeto educativo comum e plural, respeitando a equidade, proporcionando um sentido de pertencimento a educação e formação (SILVA, ELIAS,2020).

A inclusão no nível educacional é considerada um importante recurso no processo de desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual (SILVA, ELIAS,2020).

A Associação Americana de Deficiência Intelectual tem uma concepção multidimensional, funcional e bioecológica da deficiência intelectual, sendo caracterizada por limitações importantes na função

intelectual e no comportamento adaptativo, composto por habilidades sociais, que é um recurso importante para o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência intelectual (SILVA, ELIAS,2020).

A socialização nas escolas faz com que as habilidades sociais dos alunos com deficiência sejam desenvolvidas, tendo uma interação positiva, diminuindo assim os comportamentos inadequados e melhorando a qualidade de vida (SILVA, ELIAS,2020).

Por isso o processo de inclusão escolar traz benefícios aos alunos com deficiência intelectual, sendo necessário cada vez mais ter um olhar para essa área (SILVA, ELIAS,2020).

A educação inclusiva busca harmonizar os conceitos de igualdade e diferença como inseparáveis, progredindo em relação à justiça social (MARTINS, *et al* 2017).

Para Neves (2020) a educação inclusiva também é apoiada na noção de direitos humanos, tendo como base a criação de sistemas educacionais inclusivos, com mudanças culturais na escola e os alunos com suas especificidades atendidas.

Há diversos problemas sendo enfrentados nos sistemas de ensino podendo assim concluir a ineficiência e ineficácia nas ações adotadas pelo governo no combate à exclusão social (MARTINS, *et al* 2017).

A escola inclusiva é capaz de atender todos os alunos, sendo que cada um tem suas especificidades, tal exigência necessita de modificações na atuação da escola, não somente no sentido pedagógico, mas estrutural e cultural (MARTINS, *et al* 2017).

Um ambiente que propicie a inclusão possibilita relações sociais importantes para alunos com deficiência, a interação com outros alunos visa o desenvolvimento de habilidades sociais, promovendo então oportunidades de aprendizado possibilitando aos alunos conquistar mais espaços na sociedade (SILVA, ELIAS,2020).

Importante ressaltar que a educação inclusiva também se relaciona com as dimensões de gênero, raça, etnia e classe social, tornando – a diversificada combinação de formas (FREITAS, SANTOS,2021).

A garantia dos direitos das pessoas com deficiência na atualidade brasileira, tem seu marco inicial na Constituição Federal de 1988. Esse documento assegura a cada um em particular e a todos seus direitos, garantindo a educação a todos os cidadãos (MARTINS, *et al* 2017).

Falar sobre inclusão é defender o direito das pessoas a educação, no entanto os estudantes com deficiência nem sempre tem garantidos seus espaços de fala ou de pertencer. Em alguns discursos

“inclusivos” pode se observar uma vitimização, infantilização e com isso a exclusão gera desarticulação política (ALVES, HASHIZUME, 2022).

Tal luta vem conquistando avanços desde o final do século XX, porém ainda há muito o que se enfrentar como sistemas segregacionistas (SANTANA, *et al* 2018).

Visões equivocadas, preconceituosas são pautadas no desconhecimento da capacidade que os alunos com deficiência possuem, em sua capacidade produtiva e intelectual (SANTANA, *et al* 2018).

“Capacitismo” é o nome que se dá para a definição de preconceitos específicos contra as pessoas com deficiência, é equivalente a termos como sexismo e racismo (FREITAS, SANTOS, 2021).

Por isso a escola e os pais precisam estar preparados para a garantia do processo de inclusão, para que seja uma oportunidade de colaboração e aprendizado para os alunos, sem traumas ou segregação (SANTANA, *et al* 2018).

#### O trabalho do Assistente Social na Educação Inclusiva

O Serviço Social tem como um de seus objetivos a intervenção em questões sócias e demais expressões da sociedade. Necessitando de uma formação com conhecimento teórico-metodológica, ético - política e técnico – operativa (REZENDE, *et al* 2020).

A atuação do assistente social as pessoas com deficiência têm como base um modelo biopsicossocial, com enfoque na análise de fatores biológicos, psicológicos e sociais, vale ressaltar que os contextos familiares, culturais e socioeconômicos são importantes na intervenção (MACIEL, 2018).

Podemos entender então, que o profissional do serviço social é um agente que facilita as causas sociais, engajado na luta pelos direitos das pessoas (GUIMARÃES, FREITAS, 2019).

Há a necessidade de acesso aos bens de serviço as pessoas com deficiência, existindo lacunas a serem preenchidas, o serviço social se encaixa nessa lacuna, deixando dinâmico seu atendimento para assim atender as demandas das pessoas que estão buscando seus direitos (MUNIZ, *et al*, 2018).

As pessoas com deficiência não tinham seus direitos defendidos pela legislação, por muito tempo foram tratadas com discriminação e preconceitos. Tal forma de tratamento mudou, com a aprovação de leis para a garantia da cidadania (REZENDE, *et al* 2020).

Importante ressaltar que o Serviço Social é uma profissão comprometida em garantir os direitos das pessoas, zelando pela defesa dos direitos sociais, inclusive os direitos das pessoas com deficiência (MACIEL,2018).

No Brasil a população que possui algum tipo de deficiência totaliza 45,6 milhões de pessoas (REZENDE, *et al* 2020).

Há inúmeros debates sobre o papel social da escola e a educação como direito social e o apoio do Serviço Social na garantia do direito à educação, entendendo a importância desse acesso (MACIEL,2018).

O serviço social pode atuar com visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, articular o conselho tutelar e o ministério público, para assim garantir a permanência e qualidade dos serviços prestados na educação (MACIEL,2018).

O objetivo da educação inclusiva é pautado na visão de acesso as pessoas com deficiência de modo igualitário, atendendo as necessidades para a garantia dos serviços disponibilizados pelas políticas públicas de educação (MACIEL,2018).

O assistente social no campo da educação tem como objetivo a efetivação do aluno com deficiência, realizando o acolhimento das famílias, diminuindo assim as problemáticas vivenciadas pelos alunos, aprendendo sua realidade, pautando-se no código de Ética (SILVA, SOUZA, 2017).

Segundo a lei n 8.662 é competência do serviço social orientar as pessoas e grupos identificando seus recursos e fazer uso das mesmas (SILVA, SOUZA, 2017).

Essas intervenções possibilitam a quebra de atitudes discriminatórias, já que ao conhecer seus direitos podem tornar-se protagonistas da própria história (SILVA, SOUZA, 2017).

Um dos papéis da escola é defender a garantia de acesso à educação de pessoas com deficiência, excluindo barreiras de privações, físicas e preconceituosas, aumentando assim a autoestima dos alunos e reconhecendo que eles são capazes de fazer parte da sociedade de maneira ativa e autônoma (MUNIZ, *et al*, 2018).

O assistente social complementa o trabalho da escola, defendendo uma sociedade mais igualitária, que é consciente dos seus direitos e deveres (MUNIZ, *et al*, 2018).

Fundamentada ainda, para garantir a educação como direito social tendo como base as leis brasileiras, auxiliando na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Ainda atua como mediador entre a família, escola e comunidade, assegurando condições para a inclusão na escola, quando esse direito não for respeitado (MUNIZ, *et al*, 2018).

Ainda pode realizar ações e estratégias necessárias para efetivar a inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino, como a obtenção de meios para acessibilidade, encaminhar para consultas e especialistas, inserção de instituições e programas de reabilitação (MUNIZ, *et al*, 2018).

Há também o papel educativo do assistente social, embora o acesso ao ensino seja garantido por lei, na prática é uma realidade bem diferente. Nesse sentido, atua abolindo preconceitos na escola, que é um obstáculo à inclusão. Promovendo assim um ambiente mais acolhedor, que seja receptivo e com um atendimento humanizado (MUNIZ, *et al*, 2018).

Concretiza-se dessa forma, o papel do Serviço Social na escola, auxiliando os demais profissionais, enfrentando questões sociais, que a escola não sabe como resolver (MUNIZ, *et al*, 2018).

## Conclusão

Concluimos então que o assistente social está sempre buscando condições para o melhor atendimento as demandas da população que enfrentam a vulnerabilidade social, trabalhando em conjunto com as políticas públicas e leis, assegurando assim os direitos as pessoas e a coletividade (GUIMARÃES, FREITAS, 2019).

Nossa sociedade ainda tem preconceitos e discriminações em relação a inclusão de pessoas com deficiência, logo os assistentes sociais devem ter uma visão entre igualdade e diferença, possibilitando assim o equilíbrio entre respeito e diversidade (MUNIZ, *et al*, 2018).

O trabalho entre o serviço social e a educação inclusiva contribui para o progresso das ações que tornam a educação como uma prática efetiva de inclusão social, cidadania e direito social garantidos (MUNIZ, *et al*, 2018).

Importante ressaltar também que o assistente social ajuda a pessoa a desenvolver uma consciência crítica, tornando as pessoas com deficiência mais autônomas, protagonistas e ativas na sociedade (MUNIZ, *et al*, 2018).

No entanto é possível concluir também que para a verdadeira efetivação de uma educação inclusiva, é necessário o trabalho conjunto, ou seja, multiprofissional. Para uma rica transmissão de conhecimentos o assistente social precisa estar frente as propostas garantindo o acesso de qualidade a educação nos espaços escolares e até universitários (MACIEL, 2018).

## Referências

FREITAS, M.C., SANTOS, L.X. Interceccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Cadernos de Pesquisa*, 51, e07896. 2021.

GUIMARÃES, Deivid Xavier et al.. **A atuação do assistente social no processo de inclusão do indivíduo surdo**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58053>>. Acesso em: 25/07/2022 10:31

Hashizume, Cristina Miyuki e Alves, Maria Dolores Fortes Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* [online]. 2022, v. 38, n. 1 [Acessado 25 Julho 2022] , 202257203. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-460X202257203>>. Epub 18 Mar 2022. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202257203>.

MACIEL, L.H. A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. v. 16 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

MARTINS, E. S.; COSTA, E. A. da S.; ALMEIDA, S. M. N. de; SILVA, F. V. S. da. Política pública de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: estudo de caso no município de Aracoiaba-CE.

MARTINS, GABRIELA DAL FORNO, ABREU, GABRIELA VIEIRA SOARES DE e ROZEK, MARLENE CONHECIMENTOS E CRENÇAS DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NACIONAL. *Educação em Revista* [online]. 2020, v. 36 [Acessado 25 Julho 2022] , e218615. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698218615>>. Epub 13 Jul 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698218615>.

MUNIZ, S.M. et al. SERVIÇO SOCIAL E INCLUSÃO: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR. ISSN 1986-6576 v.10 n.1 - Maio, 2018. p. 179 – 192– Inhumas/Goiás Brasil.

Neves, Libéria Rodrigues, Rahme, Mônica Maria Farid e Ferreira, Carla Mercês da Rocha Jatobá Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. *Educação & Realidade*

[online]. 2019, v. 44, n. 1 [Acessado 25 Julho 2022] , e84853. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623684853>>. Epub 07 Mar 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623684853>.

PINTO, Raiane Paim e SANTANA, Maria Luzia da Silva A Educação Especial Inclusiva em Contexto de Diversidade Cultural e Linguística: Práticas Pedagógicas e Desafios de Professoras em Escolas de Fronteira. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2020, v. 26, n. 3 [Acessado 25 Julho 2022] , pp. 495-510. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0199>>. Epub 21 Ago 2020. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0199>.

Rezende, R.M.et al. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL. *Millenium*, 2(ed espec no5), 101-106, 2019.

Tristão-de Santana, A., Bezerra-Martins, A. J., & Souza-Castro, L. (2018). Por uma educação inclusiva: a inserção espacial das pessoas com deficiência no ambiente escolar (Original). *Roca. Revista científico - Educacional De La Provincia Granma*, 14(2), 164-178.

SILVA, Eliza França e e ELIAS, Luciana Carla dos Santos Habilidades Sociais de Pais, Professores e Alunos com Deficiência Intelectual em Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2020, v. 26, n. 4 [Acessado 25 Julho 2022] , pp. 605-622. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0142>>. Epub 18 Dez 2020. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0142>.

SOUZA, L.A.A.R. SILVA, S.K.L. O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO DEE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA. IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA ISSN 2526-3579.